

MINERAÇÃO

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental

Data da atualização: 17.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução ANM nº 95, de 07 de fevereiro de 2022</u>	Consolida os atos normativos que dispõe sobre segurança de barragens de mineração e revoga as Portarias DNPM nº 70.389, de 17 de maio de 2017; a Resolução ANM nº 13, de 08 de agosto de 2019; a Resolução ANM nº 32, de 11 de maio de 2020; a Resolução ANM nº 40, de 06 de julho de 2020; a Resolução ANM nº 51, de 24 de dezembro de 2020; e a Resolução ANM nº 56, de 28 de janeiro de 2021.
<u>Decreto nº 10.657, de 24 de março de 2021</u>	Institui a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos - Pró-Minerais Estratégicos, dispõe sobre sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e institui o Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos.
<u>Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018</u>	A atividade de mineração abrange a pesquisa, a lavra, o desenvolvimento da mina, o beneficiamento, a comercialização dos minérios, o aproveitamento de rejeitos e estéreis e o fechamento da mina.
<u>Decreto Federal nº 3.358, de 02 de fevereiro de 2000.</u>	Regulamenta o disposto na Lei nº 9.827, de 27 de agosto 1999, que "acrescenta o parágrafo único ao art. 2º do Decreto Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996".
<u>Lei Federal nº 9.055, de 01 de junho de 1995.</u>	Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 98.812, de 09 de janeiro de 1990.</u>	Regulamenta a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e dá outras providências.

<u>Lei Federal nº 7.886, de 20 de novembro de 1989.</u>	Regulamenta o art. 43 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 7.805, de 18 de julho de 1989.</u>	Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 97.632, de 10 de abril de 1989.</u>	Dispõe sobre a regulamentação do artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 7.677, de 21 de outubro de 1988.</u>	Dispõe sobre a criação, pelo Poder Executivo, de entidade destinada a promover o desenvolvimento da tecnologia mineral e dá outras providências.
<u>Decreto-Lei Federal nº 1.865, de 26 de fevereiro de 1981.</u>	Dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares.
<u>Lei Federal nº 6.567, de 24 de setembro de 1978.</u>	Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 78.171, de 02 de agosto de 1976.</u>	Dispõe sobre o controle e fiscalização sanitária das águas minerais destinadas ao consumo humano.
<u>Decreto Federal nº 62.934, de 02 de julho de 1968.</u>	Aprova o Regulamento do Código de Mineração.
<u>Decreto-Lei Federal nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.</u>	Dá nova redação ao Decreto-Lei número 1.985 (Código de Minas) de 29 de janeiro de 1940.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br